ReGeo ISSN: 2177-3246

REFLEXÕES SOBRE A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) E A PRÁTICA DOCENTE EM SALA DE AULA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

REFLECTIONS ON THE NATIONAL COMMON CURRICULAR BASE (BNCC) AND CLASSROOM TEACHING PRACTICE IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

REFLEXIONES SOBRE LA BASE NACIONAL COMÚN CURRICULAR (BNCC) Y LA PRÁCTICA DOCENTE EN EL AULA EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA EDUCACIÓN PRIMARIA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n8-207

Data de submissão: 07/07/2026 **Data de publicação:** 21/08/2026

Francisco Vilar Vasconcelos
Doutorando em Ensino de Ciências e Matemática
Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
E-mail: vilarmestreifce@gmail.com

Francisca Helena de Oliveira Holanda
Doutora em Educação
Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
E-mail: holanda.francisca@ifce.edu.br

Márcio Matoso de Pontes
Doutor em Ensino de Ciências e Matemática
Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
E-mail: marciomatoso@hotmail.com

Maria Cleide da Silva Barroso
Doutora em Educação
Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
E-mail: ccleide@ifce.edu.br

RESUMO
Este artigo analisa a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase nas implicações das orientações curriculares para a formação e a atuação dos professores. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de análise documental, tendo a BNCC como principal fonte de investigação. O processo analítico fundamentou-se nas contribuições de Cellard (2008) e Bardin (2016), sendo organizado nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento, inferência e interpretação dos resultados. A análise foi estruturada em três eixos: currículo, aprendizagem, competências e habilidades; formação docente, prática pedagógica e planejamento; e avaliação, contextualização, diversidade e autonomia docente. Os resultados evidenciam que a BNCC constitui importante referência para a organização curricular, mas sua efetivação depende da interpretação, contextualização e mediação dos professores. Identificou-se, ainda, que a formação continuada, o planejamento, a autonomia docente e a articulação entre ensino e avaliação são elementos fundamentais para transformar as orientações curriculares em práticas pedagógicas significativas. Conclui-se que a implementação da BNCC não deve ser compreendida como mera aplicação de

prescrições, mas como processo que requer reflexão crítica, formação profissional e adequação às diferentes realidades escolares.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular. Formação Docente. Prática Pedagógica. Currículo. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

ABSTRACT
This article analyzes the relationship between the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC) and teaching practices in the early years of Elementary Education, with emphasis on the implications of curricular guidelines for teacher education and professional practice. The research is characterized as qualitative, exploratory, and descriptive, conducted through documentary analysis, with the BNCC serving as the primary source of investigation. The analytical process was grounded in the contributions of Cellard (2008) and Bardin (2016) and organized into the stages of pre-analysis, material exploration, and treatment, inference, and interpretation of the results. The analysis was structured around three axes: curriculum, learning, competencies, and skills; teacher education, pedagogical practice, and planning; and assessment, contextualization, diversity, and teacher autonomy. The findings demonstrate that the BNCC constitutes an important reference for curricular organization; however, its implementation depends on teachers' interpretation, contextualization, and mediation. The study also identified continuing teacher education, planning, teacher autonomy, and the articulation between teaching and assessment as fundamental elements for transforming curricular guidelines into meaningful pedagogical practices. It is concluded that the implementation of the BNCC should not be understood as the mere application of prescriptions, but rather as a process that requires critical reflection, professional development, and adaptation to different school contexts.

Keywords: Brazilian National Common Curricular Base. Teacher Education. Pedagogical Practice. Curriculum. Early Years of Elementary Education.

RESUMEN
Este artículo analiza la relación entre la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y la práctica docente en los primeros años de la Educación Primaria, con énfasis en las implicaciones de las orientaciones curriculares para la formación y el desempeño de los docentes. La investigación se caracteriza por ser cualitativa, exploratoria y descriptiva, desarrollada mediante un análisis documental, teniendo la BNCC como principal fuente de investigación. El proceso analítico se fundamentó en las contribuciones de Cellard (2008) y Bardin (2016), y se organizó en las etapas de preanálisis, exploración del material y tratamiento, inferencia e interpretación de los resultados. El análisis se estructuró en tres ejes: currículo, aprendizaje, competencias y habilidades; formación docente, práctica pedagógica y planificación; y evaluación, contextualización, diversidad y autonomía docente. Los resultados evidencian que la BNCC constituye una referencia importante para la organización curricular, pero su implementación depende de la interpretación, contextualización y mediación de los docentes. Asimismo, se identificó que la formación continua, la planificación, la autonomía docente y la articulación entre enseñanza y evaluación son elementos fundamentales para transformar las orientaciones curriculares en prácticas pedagógicas significativas. Se concluye que la implementación de la BNCC no debe entenderse como una mera aplicación de prescripciones, sino como un proceso que requiere reflexión crítica, formación profesional y adecuación a las diferentes realidades escolares.

Palabras clave: Base Nacional Común Curricular. Formación Docente. Práctica Pedagógica. Currículo. Primeros Años de la Educación Primaria.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o cenário educacional brasileiro tem passado por transformações que ampliam as discussões acerca da organização curricular, da qualidade da educação e da formação necessária aos estudantes da Educação Básica. Nesse contexto, a definição de referências curriculares nacionais constitui uma dimensão relevante das políticas educacionais, especialmente por estabelecer princípios, competências e aprendizagens consideradas essenciais ao desenvolvimento dos estudantes. É nessa conjuntura que se insere a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta a elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas das redes e instituições de ensino da Educação Básica brasileira.

Com o advento da implementação da BNCC foram sugeridas mudanças e novos desafios para o trabalho pedagógico, uma vez que suas orientações repercutem diretamente na organização das competências e das habilidades a serem desenvolvidas, fazendo com o que se repense o planejamento, as metodologias de ensino e os processos de avaliação. Em particular nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa discussão assume uma relevância significativa nas práticas docentes, considerando que essa etapa desempenha papel essencial na consolidação das aprendizagens escolares e na construção de conhecimentos que servirão de base para a continuidade da trajetória educacional dos estudantes. Dessa maneira, compreender como as orientações curriculares são interpretadas e incorporadas pelos professores constitui uma questão importante para a análise das relações entre política curricular e a formação dos professores.

Nessa perspectiva o professor dos anos iniciais desempenha um papel central na mediação entre os documentos curriculares e as experiências concretas de aprendizagem desenvolvidas em sala de aula. A existência de uma orientação curricular nacional, por si só, não garante sua efetivação no cotidiano escolar, pois a prática docente é atravessada por diferentes fatores, tais como formação inicial e continuada, conhecimentos profissionais, condições de trabalho, recursos pedagógicos, características socioculturais dos estudantes e especificidades de cada contexto escolar. Assim, a BNCC pode ser compreendida não somente como um documento prescritivo, mas também como objeto de interpretação, apropriação e ressignificação pelos sujeitos que participam do processo educativo.

Partindo desse ponto de vista torna-se necessário problematizar as aproximações e possíveis distanciamentos entre o que é proposto no âmbito das políticas curriculares e o que efetivamente se concretiza no espaço escolar. Na prática docente se fazem necessários processos de seleção, interpretação, adaptação e ressignificação dos conhecimentos e das orientações curriculares, fazendo com que a implementação da BNCC assuma características distintas conforme os contextos e as

experiências dos professores relacionadas ao contexto onde os estudantes estão inseridos. Desse modo, analisar essa relação contribui para compreender em que medida as prescrições curriculares dialogam com as demandas e possibilidades concretas do trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A discussão torna-se ainda mais significativa quando considerada a necessidade de assegurar práticas pedagógicas que ultrapassem uma perspectiva meramente operacional do currículo. O trabalho docente requer conhecimentos teóricos e metodológicos capazes de possibilitar ao professor compreender os objetivos de aprendizagem previstos para essa etapa e transformá-los em experiências educativas contextualizadas, significativas e coerentes com as características dos estudantes. Nesse sentido, a implementação da BNCC demanda processos permanentes de reflexão sobre a formação docente, o planejamento pedagógico e as estratégias utilizadas em sala de aula, reconhecendo o professor como sujeito ativo na construção e na concretização do currículo.

Diante desse contexto, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: como as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se relacionam com a prática docente em sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando os desafios e as possibilidades de sua efetivação no cotidiano escolar? A problematização dessa questão justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão acerca das implicações das políticas curriculares sobre o trabalho dos professores, especialmente em uma etapa na qual se consolidam aprendizagens fundamentais para o percurso escolar dos estudantes. A relevância da investigação reside, ainda, na possibilidade de contribuir para o debate acadêmico sobre currículo, formação docente e práticas pedagógicas, oferecendo elementos para uma compreensão crítica dos processos de apropriação e materialização da BNCC no cotidiano escolar.

Assim, este artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a prática docente em sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, identificando desafios, possibilidades e formas de apropriação das orientações curriculares no cotidiano escolar.

Nesse sentido, ao estabelecer como foco a relação entre a BNCC e a prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, este estudo busca contribuir para o aprofundamento das discussões sobre currículo, formação de professores e ensino, reconhecendo que a efetivação das orientações curriculares ocorre em contextos concretos e envolve processos de interpretação, mediação e ressignificação.

2 CURRÍCULO E BNCC: FUNDAMENTOS, APRENDIZAGENS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO

A partir das novas concepções curriculares advindas com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) requer, inicialmente, uma reflexão acerca do currículo enquanto construção histórica, social, política e cultural. O currículo não pode ser compreendido apenas como uma relação de conteúdos e objetivos a serem desenvolvidos em determinado período escolar, uma vez que envolve concepções de educação, sociedade, conhecimento, sujeito e formação humana. Nessa perspectiva, Sacristán (2000) compreende o currículo como uma construção que se desenvolve por meio de diferentes instâncias e níveis de decisão, desde as orientações oficiais até sua concretização no cotidiano escolar.

Com base nesse entendimento, o currículo prescrito constitui apenas uma das dimensões do processo educativo. Entre aquilo que é estabelecido pelos documentos oficiais e aquilo que efetivamente ocorre em sala de aula existem processos de interpretação, seleção, organização, adaptação e ressignificação realizados pelos professores e pelas instituições escolares. Dessa forma, o currículo praticado resulta da interação entre as orientações institucionais, os conhecimentos profissionais dos docentes, as características dos estudantes e as condições concretas nas quais o ensino acontece.

No contexto brasileiro, a BNCC constitui um importante marco das políticas curriculares contemporâneas. O documento apresenta-se como referência normativa para a organização das aprendizagens essenciais da Educação Básica, definindo competências, habilidades e conhecimentos que devem ser assegurados aos estudantes. A própria BNCC afirma ser um documento de caráter normativo que define “o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais” que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2018, p. 7).

A Resolução CNE/CP nº 2/2017 reforça essa dimensão ao instituir a BNCC como documento normativo que define aprendizagens essenciais como direito dos estudantes e orienta sua implementação pelos sistemas de ensino e pelas instituições escolares. Ao mesmo tempo, reconhece a autonomia das instituições na construção de suas propostas pedagógicas, desde que observados os direitos e objetivos de aprendizagem estabelecidos nacionalmente (BRASIL, 2018).

Essa articulação entre o que é referência nacional e o respeito às especificidades de contexto, instituem uma autonomia escolar como aspecto importante para compreender a relação entre currículo e prática docente. A BNCC estabelece aquilo que deve ser assegurado como aprendizagem essencial, mas não elimina as decisões pedagógicas que precisam ser tomadas pelos professores e pelas escolas.

Desse modo, a existência de uma orientação curricular comum não significa que sua concretização ocorrerá de forma homogênea nos diferentes contextos educacionais.

Nesse sentido Sacristán (2000), contribui para essa discussão ao destacar que existe um processo de transformação entre o currículo prescrito e o currículo efetivamente praticado. O currículo passa por diferentes níveis de interpretação até chegar à sala de aula, sendo influenciado pelas instituições, pelos professores, pelos materiais didáticos e pelas características dos estudantes. Assim, a BNCC precisa ser analisada não apenas como documento normativo, mas também como elemento que passa por processos de apropriação e ressignificação no cotidiano escolar.

Sob essa ótica, um dos principais elementos estruturantes da BNCC é a noção de competência. O documento define competência como a "mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores" para responder a situações complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018, p. 8). Essa concepção amplia a compreensão tradicional de aprendizagem, pois não restringe o processo educativo à aquisição de conteúdos, mas propõe que os conhecimentos sejam mobilizados pelos estudantes em diferentes situações.

Com isso, as dez competências gerais estabelecidas pela BNCC articulam dimensões cognitivas, sociais, culturais, comunicativas, éticas e socioemocionais. Entre elas, destaca-se a valorização dos conhecimentos historicamente construídos para compreender e explicar a realidade, bem como a capacidade de investigar, refletir, analisar criticamente, criar e resolver problemas (BRASIL, 2018). Essa perspectiva evidencia uma concepção de educação que busca relacionar conhecimento escolar, pensamento crítico e participação social.

Portanto, a estrutura de organização por competências, demanda mudanças na prática pedagógica. Não basta ao professor conhecer as competências estabelecidas no documento, é necessário compreender como elas podem ser desenvolvidas por meio de situações concretas de aprendizagem. Isso implica reorganizar práticas, metodologias e formas de avaliação, estabelecendo relações entre conhecimentos, habilidades, atitudes e valores.

Em se tratando dos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa discussão assume especial relevância em razão das características dessa etapa de escolarização. É nesse período que os estudantes consolidam aprendizagens fundamentais relacionadas à alfabetização, ao letramento, à matemática, às ciências, às linguagens e às diferentes dimensões da formação humana. A BNCC destaca a necessidade de assegurar a continuidade das experiências vivenciadas pelas crianças e de considerar suas especificidades no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, valorizando

situações lúdicas de aprendizagem e articulando experiências anteriores com novas formas de relação com o mundo (BRASIL, 2018).

A BNCC também enfatiza a articulação entre as diferentes áreas e componentes curriculares, estabelecendo competências específicas que possibilitam tanto a integração horizontal dos conhecimentos quanto a progressão vertical das aprendizagens ao longo do Ensino Fundamental (BRASIL, 2018). Tal orientação reforça a necessidade de práticas pedagógicas que evitem uma fragmentação excessiva do conhecimento e possibilitem relações entre diferentes áreas, especialmente quando essas relações contribuem para a compreensão de fenômenos e problemas presentes na realidade dos estudantes.

Assim, a implementação da BNCC não deve ser compreendida como simples aplicação de prescrições curriculares. Trata-se de um processo complexo, que envolve interpretação, contextualização, planejamento e mediação pedagógica. A concretização das aprendizagens previstas depende, entre outros fatores, da formação dos professores, das condições de trabalho, da organização escolar e das características sociais e culturais dos estudantes.

2.1 FORMAÇÃO DOCENTE, SABERES PROFISSIONAIS E AUTONOMIA PEDAGÓGICA

A implementação da BNCC está diretamente relacionada à formação docente. A existência de um documento curricular nacional não garante, por si só, a transformação das práticas pedagógicas. Para que as orientações curriculares sejam efetivamente apropriadas pelos professores, é necessário que esses profissionais tenham oportunidades permanentes de estudo, reflexão, planejamento e desenvolvimento profissional.

Diante dessa ideia Nóvoa (1992), defende uma concepção de formação docente que considere o professor como sujeito de sua própria trajetória profissional. A formação não deve limitar-se à aquisição de conhecimentos técnicos, mas precisa envolver reflexão sobre a prática, construção da identidade profissional e participação em processos coletivos de desenvolvimento. Essa concepção torna-se especialmente relevante diante das mudanças produzidas pelas políticas curriculares contemporâneas.

Em relação à própria BNCC, reconhece-se que sua implementação depende da articulação entre diferentes sujeitos e sistemas educacionais e demanda ações relacionadas à formação inicial e continuada dos professores (BRASIL, 2018). Assim, a apropriação da Base precisa ser compreendida como processo formativo, e não como simples transmissão de informações acerca de sua estrutura, competências e habilidades.

Tardif (2014) compreende os saberes docentes como plurais, heterogêneos e provenientes de diferentes fontes. Os professores mobilizam saberes profissionais, disciplinares, curriculares e experienciais, construídos ao longo da formação e da experiência profissional. Dessa maneira, a apropriação da BNCC não ocorre de maneira uniforme, pois cada docente interpreta o documento a partir de seus conhecimentos, experiências e condições concretas de trabalho. Diante dessa concepção evidencia-se que os saberes construídos na experiência profissional constituem elementos importantes para a implementação das políticas curriculares. O professor não chega à escola desprovido de conhecimentos; ao contrário, possui concepções, experiências, estratégias e formas de interpretar as situações pedagógicas que influenciam sua relação com os documentos oficiais.

Nesse sentido, a formação continuada relacionada à BNCC precisa ultrapassar ações pontuais destinadas à apresentação do documento. É necessário promover processos formativos que possibilitem aos professores compreender seus fundamentos, discutir suas implicações pedagógicas, analisar suas práticas e construir coletivamente estratégias de ensino. Freire (1996) contribui para essa discussão ao defender que ensinar exige reflexão crítica sobre a própria prática. O professor precisa analisar continuamente suas escolhas, seus métodos e os resultados alcançados pelos estudantes. A reflexão constitui, portanto, elemento essencial para o desenvolvimento profissional e para a transformação da prática educativa.

Partindo dessa proposta a autonomia docente também ocupa lugar importante nesse debate. A existência de orientações curriculares nacionais não significa que os professores devam atuar como simples executores de prescrições. Ao contrário, a própria BNCC reconhece a necessidade de contextualização dos conteúdos e de utilização de estratégias didático-pedagógicas diversificadas, afirmando que cabe às escolas selecionar e aplicar metodologias adequadas aos diferentes contextos (BRASIL, 2018).

Sendo assim, a autonomia não significa ausência de referências curriculares, mas capacidade profissional de interpretar essas referências, tomar decisões pedagógicas e adequá-las às necessidades dos estudantes. Tardif (2014) demonstra que os saberes profissionais constituem importante fundamento dessa autonomia, enquanto Nóvoa (1992) ressalta a importância da valorização profissional e da construção coletiva da formação.

Com isso, a escola pode, nesse sentido, constituir espaço privilegiado de desenvolvimento profissional quando favorece o diálogo, a colaboração entre professores e a reflexão sobre os desafios concretos do cotidiano. A formação docente relacionada à BNCC precisa, portanto, articular conhecimentos teóricos, orientações curriculares e experiências profissionais.

2.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS ANOS INICIAIS: PLANEJAMENTO, METODOLOGIAS E AVALIAÇÃO

A prática docente constitui uma dimensão central para compreender como as orientações da BNCC se materializam no cotidiano escolar. O professor ocupa posição estratégica no processo de transformação do currículo prescrito em currículo praticado, uma vez que realiza escolhas relacionadas ao planejamento, aos conteúdos, às metodologias, aos recursos didáticos e à avaliação.

Para Libâneo (2013), o trabalho docente é uma atividade intencional e sistemática que exige planejamento e organização das condições necessárias à aprendizagem. O professor precisa estabelecer objetivos, selecionar conteúdos, definir estratégias metodológicas e acompanhar os resultados alcançados pelos estudantes.

Essa concepção dialoga com as orientações da BNCC, segundo as quais as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no documento. A Base destaca a importância de "selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas" (BRASIL, 2018, p. 17), considerando diferentes ritmos e necessidades de aprendizagem. Essa orientação coloca o professor diante do desafio de transformar objetivos curriculares em situações concretas de aprendizagem. O conhecimento das competências e habilidades previstas pela BNCC precisa ser acompanhado de capacidade para selecionar metodologias coerentes com os objetivos educacionais.

Com isso, a BNCC não estabelece uma única metodologia de ensino. Ao contrário, permite diferentes possibilidades de organização do trabalho pedagógico, desde que as estratégias utilizadas contribuam para o desenvolvimento das aprendizagens previstas. Nesse sentido, metodologias baseadas em investigação, resolução de problemas, projetos, atividades colaborativas, produção textual, experimentação, uso de tecnologias e diferentes linguagens podem ser utilizadas de acordo com os objetivos e os contextos educacionais.

Freire (1996) amplia essa compreensão ao defender uma prática educativa fundada no diálogo, na problematização e no reconhecimento dos estudantes como sujeitos do processo de aprendizagem. Ensinar não significa simplesmente transmitir informações, mas criar possibilidades para a construção do conhecimento. Dessa maneira, a prática docente precisa considerar os conhecimentos prévios, as experiências e as características socioculturais dos estudantes.

A contextualização constitui, nesse sentido, dimensão fundamental do trabalho pedagógico. A BNCC orienta que os conteúdos dos diferentes componentes curriculares sejam contextualizados, considerando as características dos estudantes e os diferentes contextos em que as aprendizagens ocorrem (BRASIL, 2018). Essa perspectiva permite aproximar o conhecimento escolar da realidade

vivenciada pelos estudantes sem, contudo, abandonar os conhecimentos sistematizados. Para Sacristán (2000) essa discussão destaca que o currículo sofre transformações quando passa do plano prescrito para o plano da prática. O professor realiza uma mediação fundamental nesse processo, selecionando, organizando e adaptando os conhecimentos de acordo com os objetivos educacionais e as características da turma.

Do ponto de vista da avaliação constitui outra dimensão indispensável da prática pedagógica. Avaliar não deve significar apenas atribuir notas ou classificar estudantes, mas acompanhar o desenvolvimento das aprendizagens e utilizar as informações produzidas para reorganizar o ensino. Luckesi (2011) compreende a avaliação como instrumento que subsidia decisões pedagógicas, permitindo ao professor identificar dificuldades, avanços e necessidades de intervenção.

A BNCC reforça essa perspectiva ao destacar a importância de procedimentos de avaliação formativa que considerem os contextos e as condições de aprendizagem e permitam intervenções pedagógicas adequadas (BRASIL, 2018). A avaliação, portanto, deve estar articulada ao processo de ensino e aprendizagem, funcionando como instrumento de acompanhamento e reorganização da prática.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa concepção assume particular relevância, considerando os diferentes ritmos e formas de aprendizagem das crianças. O professor precisa utilizar diferentes instrumentos e procedimentos avaliativos para obter informações sobre o desenvolvimento dos estudantes e reorganizar sua ação pedagógica quando necessário.

A prática pedagógica nos anos iniciais requer, portanto, articulação entre planejamento, metodologias, mediação e avaliação. A BNCC estabelece referências para esse processo, mas sua efetivação depende da capacidade do professor de interpretar essas orientações e transformá-las em experiências educativas contextualizadas, significativas e adequadas às necessidades dos estudantes.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa documental, tendo como objeto central de análise a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com ênfase nas orientações destinadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental e em suas implicações para a formação docente e a prática pedagógica.

A abordagem qualitativa possibilita a compreensão e a interpretação dos significados, concepções, relações e processos que constituem o objeto investigado, considerando sua inserção no contexto educacional e social (MINAYO, 2014). Quanto ao caráter exploratório, buscou-se ampliar a compreensão acerca das relações estabelecidas entre as orientações curriculares da BNCC e a prática

docente, enquanto a dimensão descritiva possibilita sistematizar e apresentar as características e concepções identificadas no documento (GIL, 2008).

A opção pela pesquisa documental justifica-se pelo fato de a investigação tomar como fonte primária um documento oficial que não foi produzido especificamente para esta pesquisa, mas que constitui importante registro das políticas curriculares brasileiras. Conforme Cellard (2008), a análise documental exige uma abordagem crítica da fonte, considerando seu contexto de produção, autoria, autenticidade e confiabilidade, natureza, conceitos-chave e lógica interna.

Nessa perspectiva, a BNCC foi analisada para além da sua dimensão normativa, mas também como documento que expressa determinadas concepções de currículo, ensino, aprendizagem, formação docente e prática pedagógica. A análise documental permite, assim, ultrapassar a simples identificação de conteúdos ou prescrições, possibilitando interpretar os sentidos atribuídos às orientações curriculares e suas possíveis implicações para o trabalho pedagógico nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A análise documental foi desenvolvida a partir das contribuições de Cellard (2008) e articulada aos procedimentos da análise de conteúdo de Bardin (2016). Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória dos documentos, seguida de leitura analítica e identificação das unidades de sentido relacionadas aos objetivos da pesquisa. Posteriormente, os dados foram organizados em categorias temáticas, permitindo identificar recorrências, aproximações, ênfases e possíveis tensões presentes nas orientações curriculares.

As categorias analíticas foram definidas a partir do diálogo entre os objetivos da pesquisa, o conteúdo da BNCC e o referencial teórico, contemplando: 1) currículo, aprendizagem, competências e habilidades; 2) formação docente, prática pedagógica e planejamento; e 3) avaliação, contextualização, diversidade e autonomia docente.

A análise ocorreu em três etapas, conforme Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento, inferência e interpretação dos resultados. Na pré-análise organizou-se o corpus e realizada a leitura inicial; na exploração do material foram selecionados e categorizados os trechos pertinentes; e, na etapa de interpretação, os resultados confrontados com as contribuições de autores que discutem currículo, formação docente e prática pedagógica, especialmente Sacristán (2000), Freire (1996), Nóvoa (1992), Tardif (2014), Libâneo (2013) e Luckesi (2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), realizada a partir dos procedimentos de análise documental propostos por Cellard (2008) e das etapas da análise de conteúdo de Bardin

(2016), possibilitou identificar concepções e orientações relacionadas ao currículo, à aprendizagem, à formação docente e à prática pedagógica nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O processo analítico foi desenvolvido em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento, inferência e interpretação dos resultados.

4.1 PRÉ-ANÁLISE E EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Na etapa de pré-análise, realizou-se a organização do corpus documental e a leitura exploratória da BNCC, buscando identificar sua estrutura, seus princípios orientadores e as concepções relacionadas ao currículo, ensino, aprendizagem e trabalho docente. Posteriormente, na etapa de exploração do material, foram selecionadas as unidades de sentido relacionadas aos objetivos da pesquisa e organizadas em três eixos analíticos, definidos a partir da aproximação entre as categorias inicialmente estabelecidas: a) currículo, aprendizagem, competências e habilidades; b) formação docente, prática pedagógica e planejamento; e c) avaliação, contextualização, diversidade e autonomia docente. A organização dos dados nesses três eixos permitiu identificar relações entre os diferentes elementos presentes na BNCC, evitando uma análise fragmentada e possibilitando uma compreensão integrada das orientações curriculares e de suas implicações para a prática docente.

a) Currículo, Aprendizagem, Competências e Habilidades

A análise evidenciou que a BNCC estrutura sua proposta curricular a partir da definição de aprendizagens essenciais e do desenvolvimento de competências e habilidades. O documento compreende competência como a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para responder a situações complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

Essa concepção amplia a compreensão tradicional de aprendizagem ao propor que o conhecimento escolar seja mobilizado em diferentes situações. Desse modo, os resultados indicam que a implementação da BNCC demanda práticas pedagógicas que ultrapassem a mera transmissão e reprodução de conteúdos, favorecendo situações nas quais os estudantes possam compreender, utilizar e relacionar os conhecimentos construídos.

A análise também evidenciou que, embora a BNCC estabeleça referenciais nacionais para as aprendizagens essenciais, sua concretização não ocorre de forma automática. O currículo passa por processos de interpretação e ressignificação até chegar à sala de aula. Essa constatação aproxima-se da compreensão de Sacristán (2000), segundo a qual existe uma distância entre o currículo prescrito e o currículo efetivamente praticado.

Nesse sentido, a BNCC deve ser compreendida como referência curricular que orienta as aprendizagens, mas que necessita ser contextualizada pelas instituições e pelos professores. A organização por competências e habilidades exige, portanto, uma compreensão pedagógica que permita relacionar os objetivos estabelecidos no documento às características e necessidades dos estudantes.

b) Formação Docente, Prática Pedagógica e Planejamento

O segundo eixo evidenciou a centralidade da formação e da atuação docente para a concretização das orientações da BNCC. A análise demonstrou que o professor possui papel fundamental na interpretação das competências e habilidades e na sua transformação em objetivos, conteúdos, estratégias metodológicas e situações concretas de aprendizagem.

Essa constatação dialoga com Tardif (2014), que compreende os saberes docentes como plurais e constituídos por diferentes fontes, incluindo os saberes profissionais, curriculares e experienciais. Dessa forma, a apropriação da BNCC não ocorre de maneira uniforme, uma vez que os professores interpretam as orientações curriculares a partir de suas formações, experiências e condições concretas de trabalho.

Nóvoa (1992) contribui para essa discussão ao defender uma formação docente articulada à reflexão sobre a prática e ao desenvolvimento profissional. Os resultados indicam que a implementação da BNCC exige processos formativos que ultrapassem a apresentação de sua estrutura e possibilitem aos professores compreender seus fundamentos e refletir sobre suas implicações para o cotidiano escolar.

No que se refere à prática pedagógica, a BNCC orienta para a utilização de diferentes estratégias didático-pedagógicas e para a contextualização das aprendizagens. Nesse processo, o planejamento assume papel fundamental, pois possibilita ao professor articular objetivos, conhecimentos, metodologias e formas de acompanhamento da aprendizagem. Libâneo (2013) destaca justamente o caráter intencional e sistemático do trabalho docente, reforçando a importância do planejamento como elemento estruturante da prática pedagógica.

Os resultados apontam, portanto, que o professor não deve ser compreendido como mero executor das prescrições curriculares. Sua atuação envolve interpretação, seleção, organização e contextualização das orientações da BNCC. A autonomia profissional constitui, nesse sentido, condição importante para que o currículo prescrito possa transformar-se em currículo praticado.

c) Avaliação, Contextualização, Diversidade e Autonomia Docente

O terceiro eixo revelou que a avaliação, a contextualização, a diversidade e a autonomia docente constituem dimensões articuladas no processo de implementação da BNCC. O documento apresenta uma perspectiva de avaliação relacionada ao acompanhamento das aprendizagens e à possibilidade de reorganização das práticas pedagógicas.

Essa concepção aproxima-se de Luckesi (2011), para quem a avaliação deve subsidiar decisões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem, permitindo identificar avanços e dificuldades e orientar novas intervenções pedagógicas. Dessa forma, a avaliação não deve ser compreendida apenas como mecanismo de classificação, mas como parte integrante do processo educativo.

A análise também evidenciou a importância atribuída pela BNCC à contextualização das aprendizagens. Embora o documento estabeleça referências comuns nacionalmente, reconhece a necessidade de considerar as características locais, regionais, sociais e culturais dos estudantes. Essa perspectiva estabelece relação com Freire (1996), especialmente no que se refere à importância de considerar a realidade dos sujeitos e suas experiências no processo educativo.

A contextualização, entretanto, não significa abandonar os conhecimentos sistematizados, mas estabelecer relações entre esses conhecimentos e as experiências dos estudantes. Nesse processo, a autonomia docente torna-se fundamental, uma vez que cabe ao professor selecionar estratégias e recursos que possibilitem estabelecer essas relações.

Os resultados indicam, assim, que a implementação da BNCC envolve uma permanente articulação entre prescrição curricular e autonomia pedagógica. A Base estabelece aprendizagens essenciais, mas não determina uma única forma de ensinar. Cabe aos professores interpretar suas orientações, considerando as características dos estudantes, as condições da escola e os objetivos educacionais.

4.2 TRATAMENTO, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Na etapa de tratamento, inferência e interpretação, os resultados dos três eixos foram confrontados com o referencial teórico, permitindo identificar uma questão central: a efetivação da BNCC depende da capacidade dos professores de interpretar e contextualizar suas orientações no cotidiano escolar.

Os dados analisados demonstram que a BNCC apresenta uma concepção curricular orientada para o desenvolvimento de competências e para a garantia das aprendizagens essenciais. Entretanto, sua concretização depende de fatores que ultrapassam o conteúdo do documento, especialmente a

formação docente, os saberes profissionais, o planejamento, as metodologias, a avaliação e as condições concretas de trabalho.

Nesse sentido, os resultados corroboram Sacristán (2000), ao evidenciarem a existência de um processo de mediação entre o currículo prescrito e o currículo praticado. Também dialogam com Tardif (2014) e Nóvoa (1992), ao demonstrarem que a formação e os saberes docentes constituem elementos fundamentais para a apropriação das políticas curriculares.

A análise permite inferir, ainda, que a implementação da BNCC exige uma formação docente que não se limite ao conhecimento técnico do documento. É necessário promover espaços de estudo e reflexão que possibilitem aos professores compreender criticamente as concepções presentes na Base e relacioná-las às situações concretas vivenciadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em síntese, os resultados demonstram que BNCC, formação docente e prática pedagógica constituem dimensões indissociáveis. A Base fornece referências nacionais para as aprendizagens essenciais, enquanto os professores, por meio de seus conhecimentos profissionais e de sua autonomia pedagógica, realizam a mediação necessária para transformar essas referências em experiências concretas de aprendizagem.

Dessa forma, a análise documental permite concluir que a efetividade das orientações da BNCC não depende exclusivamente de sua implementação normativa, mas da existência de condições para que os professores possam compreender, interpretar, contextualizar e ressignificar suas proposições. Essa constatação reforça a importância da formação continuada e da valorização dos saberes docentes como elementos fundamentais para a construção de práticas pedagógicas coerentes com os princípios curriculares estabelecidos para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa analisou a relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a prática docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando compreender as implicações das orientações curriculares para o trabalho pedagógico e a formação dos professores. A partir da análise documental, verificou-se que a BNCC constitui importante referência para a organização curricular da Educação Básica, especialmente ao estabelecer aprendizagens essenciais, competências e habilidades voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Os resultados evidenciaram que a implementação da BNCC não ocorre de forma automática. Embora o documento estabeleça orientações nacionais, sua concretização depende da interpretação, contextualização e mediação dos professores. Nesse sentido, a prática docente assume papel

fundamental na transformação do currículo prescrito em experiências concretas de aprendizagem, considerando as características, necessidades e realidades socioculturais dos estudantes.

A análise também demonstrou a importância da formação docente, do planejamento, da diversificação das estratégias metodológicas e da avaliação como elementos articulados ao desenvolvimento das aprendizagens. Conforme discutido por Nóvoa (1992), Tardif (2014), Libâneo (2013) e Luckesi (2011), o professor mobiliza diferentes saberes e conhecimentos para organizar sua prática, avaliar os processos de aprendizagem e realizar as intervenções necessárias. Dessa forma, a apropriação da BNCC exige formação continuada que ultrapasse o conhecimento técnico do documento e possibilite uma reflexão crítica sobre suas implicações pedagógicas.

Assim, a BNCC estabelece referências comuns, mas permite que escolas e professores contextualizem suas propostas de acordo com as especificidades dos estudantes e de seus territórios. Essa compreensão aproxima-se de Sacristán (2000), ao considerar que existe um processo de mediação entre o currículo prescrito e o currículo praticado.

Conclui-se, portanto, que a efetivação da BNCC está diretamente relacionada à formação, aos saberes, à autonomia e às condições de trabalho dos professores. Mais do que cumprir prescrições curriculares, é necessário possibilitar que os docentes compreendam, interpretem e ressignifiquem as orientações da Base em suas práticas. Assim, a BNCC poderá contribuir para uma educação comprometida com aprendizagens significativas, contextualizadas e com a formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. DF: Ministério da Educação, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NÓVOA, António. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, António (org.). Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 13-33.

SACRISTÁN, José Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.